v.3, n.9, 2023




**REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE**
**ISSN 2763-8928**

# O PAPEL DOS PROFESSORES NO DIAGNÓSTICO DO TDAH: DESAFIOS PARA GESTÃO PÚBLICA DA EDUCAÇÃO

## *THE ROLE OF TEACHERS IN THE DIAGNOSIS OF ADHD: CHALLENGES FOR PUBLIC EDUCATION MANAGEMENT*

## *EL PAPEL DE LOS PROFESORES EN EL DIAGNÓSTICO DEL TDAH: DESAFÍOS PARA LA GESTIÓN PÚBLICA DE LA EDUCACIÓN*

Rakelle Santos Almeida Granjeao[1], José Rocha Moreira Junior[2], Antônia Lourosa Souza[3]

e39151
https://doi.org/10.47820/acertte.v3i9.151

PUBLICADO: 09/2023

**RESUMO**

O presente estudo analisa o papel das escolas públicas no apoio ao diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). O objetivo do trabalho foi identificar as ações da gestão pública da educação na capacitação dos profissionais da educação para auxiliar no diagnóstico do TDAH em duas escolas localizadas em São Fidélis (RJ). Por meio de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais para embasamento teórico e análise das diretrizes legais. Um questionário online foi aplicado, obtendo-se 29 respostas dos professores. Os resultados revelaram a existência de legislação e normas internas relacionadas ao atendimento e diagnóstico do TDAH nas escolas da região. No entanto, os professores relataram falta de preparo adequado para lidar com essa questão, apesar de possuírem experiências na observação de alterações de comportamento. Os resultados indicaram a necessidade de superar desafios para implementar efetivamente programas de apoio ao diagnóstico do TDAH.

**PALAVRAS-CHAVE**: TDAH. Profissionais da educação. Gestão pública da educação.

***ABSTRACT***

*The present study examines the role of public schools in supporting the diagnosis of Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD). The objective of this work was to identify the actions of public education management in training education professionals to assist in diagnosing ADHD in two schools located in São Fidélis (RJ). Through a descriptive research approach with qualitative methods, bibliographic and documentary sources were used for theoretical foundation and analysis of legal guidelines. An online questionnaire was administered, resulting in 29 responses from teachers. The findings revealed the existence of legislation and internal rules related to the care and diagnosis of ADHD in schools in the region. However, the teachers reported a lack of adequate preparation to deal with this issue, despite having experience in observing behavioral changes. The results indicated the need to overcome challenges to effectively implement support programs for the diagnosis of ADHD.*

***KEYWORDS:*** *ADHD. Education professionals. Public education management.*

***RESUMEN***

*El presente estudio analiza el papel de las escuelas públicas en el apoyo al diagnóstico del Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad (TDAH). El objetivo del trabajo fue identificar las acciones de la gestión pública de la educación en la capacitación de los profesionales de la educación para ayudar en el diagnóstico del TDAH en dos escuelas ubicadas en São Fidélis (RJ). A través de una investigación descriptiva con enfoque cualitativo, se utilizaron fuentes bibliográficas y documentales para fundamentar teóricamente y analizar las directrices legales. Se aplicó un cuestionario en línea, obteniendo 29 respuestas de los profesores. Los resultados revelaron la existencia de legislación y*

[1] Graduanda em Administração Pública, Universidade Federal Fluminense (ICHS/UFF), Volta Redonda (RJ). Especialista em Matemática e Estatística, Faculdade Cristo Rei – FACCREI, Cornélio Procópio. Licenciada em Matemática, Universidade Federal Fluminense. Diretora do Centro Acadêmico de Administração Pública (CA3E UFF).
[2] Pós-graduando em Gestão Social e Políticas Públicas, Faculdade do Vale do Aço – FACUVALE, Cel. Fabriciano (MG). Graduado em Administração Pública. Volta Redonda (RJ), Universidade Federal Fluminense (ICHS/UFF).
[3] Graduanda em Administração Pública, Universidade Federal Fluminense (ICHS/UFF), Volta Redonda (RJ).

*normas internas relacionadas con la atención y el diagnóstico del TDAH en las escuelas de la región. Sin embargo, los profesores informaron la falta de preparación adecuada para abordar esta cuestión, a pesar de tener experiencia en la observación de alteraciones de comportamiento. Los resultados indicaron la necesidad de superar desafíos para implementar programas de apoyo al diagnóstico del TDAH de manera efectiva.*

***PALABRAS CLAVE**: TDAH. Profesionales de la educación. Gestión pública de la educación.*

## INTRODUÇÃO

O presente artigo reflete sobre a questão da inclusão escolar de alunos do ensino fundamental nas escolas públicas, com um enfoque específico no papel desempenhado pela equipe escolar no diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) em crianças da região noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

Desde a década de 1990, o Brasil tem direcionado esforços para expandir o acesso à educação pública, buscando universalizar o ensino básico com qualidade, uma premissa respaldada pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) e pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 (LDB). A inclusão educacional emerge como um pilar fundamental nesse cenário, moldando a identidade nacional (Brasil, 1996; Monteiro *et al*., 2021).

O TDAH, caracterizado por desatenção, agitação e impulsividade, impacta um segmento considerável de crianças e adolescentes, prejudicando seu desempenho acadêmico (Carvalho; Pereira; Oliveira, 2021). A escola deve desempenhar um papel ativo, desenvolvendo estratégias sensíveis aos aspectos individuais, sociais e familiares, a fim de fornecer um tratamento eficaz e apoiar as crianças afetadas (Carvalho *et al*., 2022).

Em resposta a esses desafios, as redes municipais de educação têm procurado soluções pedagógicas para integrar crianças com TDAH de maneira eficiente, visando superar as dificuldades de aprendizado. Isso justifica a relevância deste estudo, que contribuirá para a discussão educacional, especialmente no contexto do TDAH (Lima; Oliveira; Nunes, 2021; São Fidelis, 2015).

O TDAH, com uma prevalência estimada de 3% a 8% em crianças em idade escolar, envolve uma complexidade diagnóstica que combina fatores genéticos e ambientais (Carvalho *et al*., 2022). A ausência de um exame médico específico faz com que o diagnóstico se baseie frequentemente no Manual de Estatística e Diagnóstico (DSM-IV). O processo diagnóstico requer que os sintomas se manifestem antes dos doze anos e persistam por pelo menos seis meses, afetando múltiplos contextos, como o lar e a escola, para ser validado (Oliveira, 2023).

A gestão escolar desempenha um papel crucial na inclusão de alunos com TDAH. No entanto, é importante ressaltar que a educação não se limita apenas ao acesso escolar; ela vai além, abrangendo uma participação ativa na busca contínua de conhecimento e no desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais (Lima; Oliveira; Nunes, 2021). Para atender às necessidades específicas das crianças com TDAH, é fundamental que a gestão escolar adote práticas pedagógicas inovadoras alinhadas aos princípios inclusivos. Isso implica não apenas em oferecer suporte educacional, mas também em promover um ambiente escolar que seja acolhedor, flexível e adaptável

às diferentes necessidades dos alunos. Educadores desempenham um papel crucial nesse processo, integrando teoria e prática para proporcionar uma educação de qualidade. Além disso, avaliações diagnósticas frequentes são essenciais para acompanhar o progresso dos alunos com TDAH e ajustar as estratégias pedagógicas de acordo (Barros; Costa; Gomes, 2021).

Com esse pano de fundo, este estudo visa responder: como os professores e a equipe escolar são preparados para identificar possíveis casos de TDAH? O estudo investigará duas escolas em São Fidélis-RJ, preservando a ética ao não identificar as instituições e voluntários.

O objetivo geral é identificar as ações da gestão pública da educação na capacitação dos profissionais da educação para auxiliar no diagnóstico do TDAH em duas escolas localizadas em São Fidélis-RJ. Os objetivos específicos abrangem (i) investigar legislação, normas internas e ações escolares relacionadas ao TDAH; (ii) analisar as experiências dos profissionais na observação de comportamentos sugestivos do transtorno, e, (iii) avaliar a eficácia das políticas públicas de educação e tratamento.

A escola, como molde do desenvolvimento humano, assume um papel social crucial, obrigando a administração pública a liderar esse esforço, por meio das políticas públicas (Lima, 2021). A relevância inerente a este estudo reside em sua capacidade de enriquecer a sociedade e nutrir o diálogo acadêmico-científico em relação às políticas públicas voltadas para essa problemática. Além disso, ele estimula a promoção da educação inclusiva, empoderando profissionais com a aptidão necessária para abraçar a diversidade dos alunos em sala de aula e auxiliar diante de eventuais obstáculos que possam surgir.

Adotando uma abordagem qualitativa, este estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental para compreender os conceitos e particularidades do objeto de análise, que abrange desde a legislação até os métodos de gestão escolar, assim como a aplicação de um questionário direcionado aos professores. A estrutura deste artigo está subdividida em seções, iniciando com esta introdução, seguida pelo referencial teórico, delineamento metodológico, resultados e discussão dos e, por fim, considerações e a lista de referências.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O papel da escola no acolhimento de alunos com TDAH

Há tempos identifica-se a urgência de uma medida concreta que venha a ser tomada no âmbito das políticas públicas, para o diagnóstico e tratamento de pessoas com TDAH, e sua recepção de maneira isonômica no sistema educacional brasileiro. Ao associar as pessoas com TDAH a Educação Especial é provável que o público-alvo dobre ou até triplique. Entretanto, não se observa a destinação de recursos orçamentários para o atendimento aplicado no âmbito escolar.

Algumas associações excluem as participações dos principais interessados na formulação das políticas públicas, o que colabora para o surgimento de novas organizações e novas ideias de captação no setor privado por parcerias governamentais (Garcia; Barcelos, 2021).

O Brasil instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que demanda uma quebra em determinados paradigmas acerca de alguns transtornos. Esse estatuto garante os direitos preconizados na Constituição Federal e reitera a garantia do acesso à educação especializada para pessoas de deficiência (PCD), preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1990, 1996; Barros; Costa; Gomes, 2021).

Segundo Goulardins (s/d), diversos pesquisadores das mais importantes universidades brasileiras investigaram que a falta de assistência custa aos cofres públicos mais de R$1,8 bilhão por ano. Esses gastos são uma consequência da falta de recursos com a repetência escolar e com atendimentos na rede pública aos feridos em acidentes provocados pela hiperatividade. Diversos pesquisadores sugerem que o Brasil aumente o investimento em tratamento de TDAH, dos R$28 milhões, para R$377 milhões, o país ainda poderia economizar 3,1 vezes mais do que gasta atualmente (Maia, 2014).

Contudo, a Política Nacional de Saúde Mental, apoiada na Lei 10.216/01, busca garantir uma rede de assistência às pessoas com transtornos mentais no SUS. Muitos cidadãos não sabem ou desconhecem que podem obter ajuda pelo SUS. Existem locais na rede pública que deveriam atender esses problemas são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), um serviço aberto e comunitário (Brasil, 2001).

Carvalho *et al*., (2022) sustentam que os professores observam com maior frequência alterações no comportamento de seus alunos, sejam alterações na atenção, na aprendizagem, na interação com os outros, mudanças emocionais aparentes ou não aparentes. Entretanto, os autores salientam que não é função desse profissional fazer o diagnóstico, mas identificar alterações de comportamento pode indicar a necessidade de atenção especializada. Nesse sentido, os professores precisam contar com uma rede de apoio para encaminhar a criança (Carvalho *et al*., 2022).

Miranda e Ferraz (2020) contribuem para a reflexão do papel do ambiente escolar e dos seus profissionais como um local de acolhimento de crianças vítimas de violência doméstica. Em alguns casos, a alteração comportamental chama atenção dos professores que buscam abordar a situação e, em caso de suspeita, discute a inquietação com a equipe multidisciplinar. Nesses casos, a gestão escolar tem como recorrer ao Conselho Tutelar para que faça uma averiguação aprofundada e conclua tecnicamente se existe fundamento na preocupação da equipe escolar.

### 2.2 Políticas municipais de inclusão de alunos com TDAH de São Fidélis (RJ)

No município de São Fidélis-RJ, a Secretaria Municipal de Educação implementou programas educacionais como parte de uma política pública voltada para a inclusão dos alunos com TDAH. O Plano Municipal de Educação destaca a participação da sociedade civil como agente transformador nesse processo (São Fidélis, 2015).

De acordo com o plano, os alunos com deficiência são atendidos em classes comuns nas escolas regulares municipais, estaduais e particulares, buscando sua integração no meio social e o exercício pleno da cidadania. Além disso, são assistidos por entidades especializadas, como a APAE

e a Associação Pestalozzi, para facilitar essa integração. O município também oferece palestras e cursos para capacitar os professores a lidarem com técnicas e recursos adequados às necessidades especiais dos alunos (São Fidélis, 2015).

No entanto, é importante destacar que o programa atualmente utilizado pela rede ainda não é suficiente para atender a toda a rede de ensino do município. Apesar da Lei 14.254/21 prever a garantia de recursos didáticos para alunos com TDAH, é necessário desenvolver meios para assegurar que os professores tenham uma formação adequada em relação à identificação e abordagem pedagógica desses alunos (Brasil, 2021).

Outra iniciativa relevante é o Centro de Atendimento Especializado da Educação (CAEDE), integrado à Secretaria Municipal de Educação de São Fidélis. Esse centro tem como objetivo atender e acompanhar as necessidades educacionais especiais dos alunos da Rede Municipal. Conta com uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, neurologista, neuropsicólogo, assistente social, psicopedagogos clínicos e fonoaudiólogo. Essa estrutura visa oferecer suporte especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo TDAH, contribuindo para seu desenvolvimento acadêmico e social (São Fidélis, s/d).

Um aspecto importante é a necessidade de maior envolvimento das famílias na vida escolar dos alunos com TDAH. A participação ativa da família é essencial para a preparação da criança para o ambiente escolar e pode influenciar positivamente o processo de integração/inclusão.

Pimentel e Moreira (2021) destacam que as leis municipais abordam amplamente a inclusão educacional nas escolas, englobando o público-alvo da educação especial, a convivência com a diversidade étnica, cultural, etária e social, e a inclusão de estudantes itinerantes. No entanto, é fundamental acompanhar e avaliar essas medidas para garantir sua efetividade no prazo estipulado. Essas leis representam recursos para buscar, por meio de um processo democrático, o direito a uma educação inclusiva. Conforme ressaltado pelos autores, tais direitos não são apenas fatos, mas ideais a serem alcançados, valores a serem buscados e um dever a ser cumprido. Portanto, é responsabilidade da sociedade civil organizada exercer o controle social dessas políticas, visando assegurar a concretização desses direitos (Pimentel; Moreira, 2021).

Além disso, é relevante ressaltar a importância do desenvolvimento de habilidades sociais nos alunos desde o início de sua escolarização. Caso apresentem *déficits* nessas competências, eles podem enfrentar dificuldades na adaptação escolar, sendo encaminhados para serviços oferecidos pela rede escolar (Tocantins, 2017).

### 2.3 Educação inclusiva: transformações, desafios e avanços

No âmbito das diversas áreas que compõem o conhecimento, é possível observar significativas mudanças educacionais, envolvendo a proposta curricular e a legislação. Tais transformações têm como objetivo valorizar a integração de saberes e o respeito às diferenças, demandando dos professores a capacidade de lidar com as necessidades diversas de seus alunos (Freitas, 2010).

Para compreender as mudanças ocorridas ao longo da história em relação à inclusão, é pertinente conhecer um pouco sobre as origens desse movimento. Na Idade Média, houve relatos de perseguições e violências contra pessoas com deficiência, associando suas condições a castigos ou algo considerado errado. A idealização de corpos perfeitos comparáveis aos dos deuses e deusas marcou esse período, onde crianças com deficiência eram abandonadas em rios ou vendidas para atividades de circo e prostituição (Moises; Stockmann, 2020).

No entanto, a partir da década de 1980, movimentos sociais começaram a influenciar o combate à pedagogia tradicional, enfatizando o respeito à diversidade. Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas declarou o ano de 1981 como o "Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência", com o objetivo de promover ações de defesa e valorização dessas pessoas. Além disso, a "Declaração Mundial Sobre Educação para Todos" foi estabelecida em 1990, convocando os países a garantirem a educação para todos os cidadãos (Barretta; Canan, 2012).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 trouxe a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). A partir de reivindicações anteriores, surgiram propostas de educação inclusiva e, em 1990, ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na Tailândia, com o objetivo de estabelecer compromissos mundiais para garantir os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna.

No contexto nacional, o Brasil elaborou o Plano Decenal de Educação para Todos, buscando garantir o acesso e a permanência de alunos com deficiência na escola. A Declaração de Salamanca, de 1994, defendeu a educação inclusiva nas escolas regulares como forma de alcançar uma sociedade inclusiva e educação para todos. Entretanto, a Política Nacional de Educação Especial, também estabelecida em 1994, apresentou fragilidades ao condicionar o acesso às classes comuns do ensino regular apenas a alunos de padrões homogêneos de participação e aprendizagem (Lima, 2021; Lima; Oliveira; Nunes, 2021).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), de 1996, definiu a educação especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, abrangendo educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. No entanto, a LDB requer atualizações, como a substituição de terminologias inadequadas, a fim de promover uma inclusão mais efetiva (Lima; Oliveira; Nunes, 2021).

A inclusão escolar não se restringe apenas a alunos com deficiência, mas também abrange aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem, buscando proporcionar a todos o máximo desenvolvimento de suas capacidades pessoais, sociais e intelectuais. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, atualizada em 2008, estabelece direitos para todas as crianças frequentarem a escola comum, diferenciando as ações da Educação Especial daquelas do ensino comum (Lima; Oliveira; Nunes, 2021).

É importante destacar que, apesar de o TDAH não estar compreendido entre os transtornos que demandam necessidades educacionais especiais, ele implica em problemas de aprendizagem e de socialização dos educandos diagnosticados. Professores têm destacado diferentes formas de

intervenção no contexto escolar para lidar com o TDAH, desde o atendimento psicológico até a assistência familiar e a presença de profissionais adicionais na escola (Martinhago; Caponi, 2019).

Segundo Fagundes (2011), alguns professores apresentam um conhecimento limitado em relação a diferentes concepções do ser humano e como isso influencia as políticas e práticas educacionais. Além disso, os temas relacionados ao TDAH são abordados de maneira pessoal, centrada na vontade individual, em vez de serem tratados como uma luta por políticas inclusivas efetivas, formação adequada e melhores condições de trabalho. A autora destaca também que há uma tendência entre os professores em confundir os sintomas e prejuízos do transtorno, resultando em rótulos injustos e estereótipos que devem ser desfeitos. Diante disso, é fundamental integrar a formação de professores com a busca por práticas sociais inclusivas, promovendo debates mais intensos sobre o assunto (Fagundes, 2011).

Para Teixeira (2021), a inclusão educacional requer mudanças significativas no sistema para oferecer soluções adequadas a todos. No entanto, o TDAH ainda é mal compreendido, resultando em confusões com indisciplina. Embora não haja uma cura para o TDAH, é essencial estudá-lo para manejar a condição de forma eficaz. A aprendizagem dos alunos com TDAH depende da preparação dos alunos e de uma escola adaptada para a educação inclusiva. A gestão pública deve construir uma base sólida para a inclusão e garantir uma educação de qualidade para todos, inclusive para aqueles com necessidades especiais relacionadas ao TDAH.

Paes, Renk e Simão-Silva (2022) utilizam o princípio da beneficência para promover a inclusão de alunos com TDAH nas Diretrizes de Educação Especial. É necessário analisar criticamente as normativas e superar a visão paternalista do Estado. Os professores devem adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos com TDAH, enquanto a educação escolar desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo desses alunos. É fundamental implementar a Educação Inclusiva de forma abrangente e humanitária, considerando princípios como igualdade e justiça, a fim de garantir a inclusão equitativa e o respeito aos Direitos Humanos. Estudos futuros podem contribuir para modelos efetivos de beneficência na Educação Especial (Paes; Renk; Simão-Silva, 2022).

### 2.4 Estratégias e ações para a inclusão de alunos com TDAH na escola

A inclusão de alunos com TDAH nas escolas requer investimentos na formação teórica dos professores, aliados a recursos e estratégias pedagógicas que promovam a aprendizagem de todos os alunos. Os professores desempenham um papel fundamental ao possibilitar estratégias didáticas que atendam às necessidades desses alunos (Abramowicz, 1997).

De acordo com Lima, Oliveira e Nunes (2021), a escola e os educadores não podem fazer tudo, mas pode fazer mais ao acolher as diferenças e adotar uma pedagogia que valorize a diversidade. A aprendizagem é heterogênea e destoante, e ocorre de maneiras diversas para cada aluno. Nesse sentido, é fundamental implementar metodologias que contribuam para o desenvolvimento dos alunos com TDAH.

Muitas vezes, os alunos com TDAH são recebidos na escola sem qualquer metodologia que possa contribuir para o seu desenvolvimento, sendo colocados em salas de aula cheias sem acompanhamento psicopedagógico. Para oferecer um ambiente acolhedor e facilitar o processo de aprendizagem dessas crianças, Rhema Educação (2020) sugere estratégias como a criação de formas estimulantes de transmitir conteúdos, o envolvimento dos pais e responsáveis para a troca de informações e otimização do percurso do aluno, e a adoção de ações simples, como colocá-los nas primeiras carteiras para evitar distrações (Rhema Educação, 2020).

Barros, Costa e Gomes (2021) destacam o papel crucial de jogos e atividades lúdicas no contexto educacional para auxiliar no desenvolvimento e aprendizagem de crianças com TDAH, em especial nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Durante o processo de inclusão, os alunos com TDAH enfrentam diversas dificuldades, como a dificuldade de manter a atenção em atividades que exigem esforço mental constante e a dificuldade em concluir tarefas que iniciaram. É importante que os professores compreendam que esses desafios são resultado do transtorno e não de uma atitude de oposição por parte dos alunos (Lima; Oliveira; Nunes, 2021).

A Lei 13.935/2019 determina a inserção do profissional de Psicologia e um profissional de Serviço Social na equipe multidisciplinar das escolas de educação básica, trazendo uma nova perspectiva e contribuição para a solução de problemas relacionados à gestão educacional e práticas educacionais. Esses profissionais podem orientar os responsáveis e famílias, bem como os professores e a equipe multidisciplinar, potencialmente beneficiando os alunos com TDAH (Bertasso, 2022).

No entanto, a aplicabilidade da legislação foi prejudicada pela pandemia da COVID-19, o que impactou a implantação e os avanços da política pública para alunos com TDAH. A falta de informações para estabelecer parâmetros avaliativos dificulta a avaliação da efetividade da política estabelecida pela legislação.

Um estudo realizado por Martinhago e Caponi (2019) destacou que alguns professores tendem a atribuir a responsabilidade pelo fracasso escolar aos alunos, suas famílias e características individuais, em vez de considerar as falhas do sistema educacional. Isso evidencia a necessidade de uma percepção mais clara do papel da escola em atender às necessidades dos alunos e incentivar uma autocrítica por parte dos professores em relação às suas práticas pedagógicas. É importante que as políticas e planos direcionados aos alunos com TDAH englobem não apenas encaminhamentos para serviços de saúde, mas também iniciativas educacionais que envolvam pais, alunos e diálogo entre os professores (Martinhago; Caponi, 2019).

Nessa perspectiva, é essencial que os professores recebam suporte e orientação da gestão municipal para que adotem incentivos alternativos para os alunos com TDAH enquanto aguardam a composição da equipe multidisciplinar. Eles devem incentivar os alunos a relacionar e considerar anotações importantes que os ajudem a serem mais claros e específicos em suas tarefas. No entanto, a falta de informações e parâmetros avaliativos dificulta a avaliação da efetividade das estratégias adotadas.

Segundo Gilvone Furtado Miguel (2019), é responsabilidade das instituições de ensino desenvolver projetos que promovam a valorização das diferenças e atendam às necessidades reais dos alunos com TDAH. Nesse sentido, é necessário compreender as políticas públicas de inclusão e realizar uma reestruturação do sistema educacional para evitar a exclusão no processo de ensino-aprendizagem. É importante destacar que as crianças com TDAH sofrem com baixa autoestima devido aos estereótipos e rótulos que recebem tanto no ambiente familiar quanto escolar, o que prejudica seu desempenho acadêmico.

Para a autora, os professores desempenham um papel fundamental nesse contexto e devem buscar constantemente aprimorar seus conhecimentos em conjunto com seus colegas para lidar com as dificuldades de aprendizagem e o fracasso escolar de forma adequada. Além disso, é essencial que os professores recebam o apoio da gestão pública para estarem capacitados a adotar uma abordagem diferenciada em relação às crianças com TDAH, reconhecendo e valorizando suas habilidades individuais, muitas vezes negligenciadas (Miguel, 2019).

## 3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Esta seção descreve os procedimentos metodológicos adotados para a análise planejada, que consistiu na observação de artigos, normas legais e outras publicações e documentos relacionados ao Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no município de São Fidélis, estado do Rio de Janeiro, com foco nas redes municipais de ensino. A revisão documental e a análise bibliográfica foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo, juntamente com as experiências relatadas por profissionais e gestores da rede de ensino do município.

### 3.1 Classificação da pesquisa

Este estudo é uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa e objetivos descritivos-exploratórios. A classificação segue os critérios de taxonomia propostos por Gil (2002) e Birochi (2015), incorporando também conceitos de outros pesquisadores da metodologia científica. Quanto à natureza, o estudo se caracteriza como pesquisa aplicada, investigando fenômenos relacionados às práticas administrativas do ambiente organizacional e suas relações. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, buscando estabelecer relações entre as variáveis de forma objetiva. Em relação à abordagem, a pesquisa é qualitativa, analisando teoricamente os fenômenos sociais e transitando entre a observação, análise e interpretação dos mesmos.

### 3.2 Procedimentos para coleta de dados

Para embasar teoricamente o estudo, foram adotadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, que fornecem dados secundários de forma classificada e geral. O estudo de campo, como procedimento técnico, conforme Gil (2002), busca aprofundar as questões propostas, em vez de apenas descrever as características da população por meio de variáveis. Isso permite maior flexibilidade no planejamento e a possibilidade de reformulação dos objetivos durante a pesquisa. O

estudo de campo enfoca a estrutura social de um único grupo ou comunidade e destaca a interação entre seus membros, com o objetivo de compreender os fenômenos sociais e educacionais relacionados ao TDAH.

Os instrumentos de coleta de dados são definidos pelo delineamento da pesquisa (Gil, 2002). O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma combinação de fontes secundárias, como artigos científicos, documentos oficiais e normas relacionadas ao TDAH, bem como informações disponíveis em relatórios e registros educacionais. Esses dados são classificados como fontes secundárias. Os dados bibliográficos e documentais coletados foram fundamentais para a construção do referencial teórico apresentado na seção anterior, que traz a fundamentação teórica, proporcionando informações atualizadas e embasadas sobre o tema em questão.

Gil (2002) afirma que os estudos de campo exigem o uso de diferentes instrumentos de pesquisa, como formulários, questionários, entrevistas e escalas de observação. Assim, diante da dificuldade de informação no site da prefeitura Municipal de São Fidélis, o estudo se garantiu da Lei de Acesso à Informação (LAI) para, via Plataforma do Governo Eletrônico, obter acesso a legislação sobre questões específicas que permitam analisar as ações adotadas pela gestão municipal da educação na capacitação dos professores e da equipe escolar para observação, o acolhimento e a inclusão dos alunos com TDAH.

Obteve-se autorização para elaborar perguntas diretas aos docentes, por meio de questionário virtual; ou seja, sem a presença do entrevistador, contendo as instruções de preenchimento de forma objetiva e translúcida. O questionário foi dividido em três seções. Na primeira seção, o objetivo foi definir o perfil dos voluntários que optaram por participar do estudo; a segunda seção buscou compreender as experiências dos respondentes com a observação na alteração de comportamento, dificuldade de aprendizados, mudanças de humor e outros sintomas aparentes que possam indicar a existência de alguma limitação importante nos alunos. A terceira e última seção identificou o suporte que os profissionais receberam para habilitá-los a alertar os responsáveis ou autoridades sobre suspeitas relevantes sobre alguma dificuldade cognitiva dos estudantes.

### 3.3 População e amostra

Em conformidade com Gil (1989), é imperativo delimitar o grupo com características ligadas ao objeto da pesquisa. A população-alvo deste estudo consiste em professores das unidades escolares da rede municipal de ensino de São Fidélis, que conta com um total de 56 servidores, sendo 27 na unidade escolar A, e 29 na unidade B. A escolha dos professores se deve ao fato de que são profissionais diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem dos alunos e podem fornecer informações relevantes sobre o impacto do TDAH no rendimento escolar. A seleção dos professores foi baseada em critérios como tempo de serviço, formação acadêmica e experiência no atendimento a alunos com TDAH. Com base nesses critérios, buscou-se contar com uma amostra representativa que possibilitasse a compreensão abrangente das questões em estudo.

A amostra foi selecionada de forma não probabilística por conveniência, levando em consideração os critérios mencionados anteriormente, a fim de reunir informações que reflitam o conjunto-objeto conforme preconizado por Marconi e Lakatos (2010). A amostra contou com a participação de 29 profissionais da comunidade escolar, sendo em sua maioria (80%) professores da educação básica, e os demais (20%) com funções de coordenação pedagógica, orientação educacional e direção escolar. Essa abordagem intencional permitiu que os participantes selecionados trouxessem uma visão abrangente e aprofundada das questões relacionadas ao TDAH no contexto educacional de São Fidélis.

### 3.4 Detalhamento dos procedimentos para coletar os dados

Neste estudo, adotou-se um conjunto de etapas bem definidas para coletar os dados. O processo teve início em agosto de 2022 com uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados do SciELO e Google Acadêmico. Utilizou-se uma combinação de termos como "educação inclusiva", "TDAH" e "gestão escolar" para encontrar informações teóricas provenientes de estudos anteriores. Durante a investigação, revisou-se fontes bibliográficas e documentais de acordo com os objetivos do estudo. Realizou-se uma busca mais aprofundada nos meses de março e abril de 2023.

Além da pesquisa bibliográfica, conduziu-se uma pesquisa documental para examinar a regulamentação das iniciativas da gestão municipal de São Fidélis-RJ relacionadas ao treinamento de professores para lidar com alunos com TDAH. Consultou-se documentos oficiais, normas, relatórios e registros educacionais relevantes para obter informações sobre as ações do município nessa área. Como esclarecido anteriormente, os dados secundários foram utilizados para elaborar a fundamentação teórica do estudo.

Após a conclusão da fase de levantamento bibliográfico e documental para compor o referencial teórico, elaborou-se um questionário virtual que foi enviado aos professores atuantes em duas unidades escolares da região do município de São Fidélis, RJ, que foi enviado por meio de um aplicativo de mensagem, e os respondentes voluntários responderam às perguntas online. O questionário esteve disponível entre os dias 10 e 25 de maio de 2023, e obteve-se 29 respostas dos participantes que se disponibilizaram a contribuir com a pesquisa. O questionário foi estruturado em seções que visavam obter informações sobre o perfil dos participantes, suas experiências com alunos diagnosticados com TDAH e o suporte recebido para lidar com essas situações.

Além da coleta de dados por meio do questionário, buscou-se realizar entrevistas com gestores de unidades escolares e representantes da Secretaria Municipal de Educação de São Fidélis, com o objetivo de complementar as informações sobre as ações do município em relação à capacitação dos professores para a inclusão de alunos com TDAH. No entanto, não obteve-se resposta aos pedidos de entrevista. Assim, entende-se que essa limitação não inviabiliza o estudo.

### 3.5 Procedimentos para tabulação e análise dos dados coletados

A tabulação dos dados obtidos foi organizada a partir dos dados coletados pelo questionário eletrônico e foram tabulados no programa Excel para serem selecionado e tratados de forma que se possibilitou a transformação em resultados. Estão apresentados por meio de tabelas e gráficos, de acordo com a conveniência para uma melhor compreensão do leitor. A análise desses dados será realizada por meio da estatística descritiva, que permitirá a descrição e interpretação dos resultados.

Destaca-se que, para a análise dos resultados provenientes de diferentes fontes, Creswell (2004) recomenda a triangulação dos dados. Essa técnica consiste em combinar diferentes tipos de dados, como dados quantitativos e qualitativos, a fim de validar e enriquecer a compreensão dos resultados. A triangulação dos dados contribui para a padronização lógica da narrativa qualitativa e fortalece a validade dos dados mistos.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação é um direito fundamental assegurado pela Constituição brasileira, incumbindo ao Estado e aos entes subnacionais a responsabilidade de cumprir as obrigações constitucionais e a legislação nacional (Brasil, 1988). No âmbito da educação básica, especialmente nas etapas iniciais, cabe aos municípios garantir o acesso equitativo e igualitário às unidades escolares. Além do respaldo constitucional do direito à educação para todos, o Estado brasileiro tem progredido em suas normativas para garantir a efetivação desse dispositivo constitucional, principalmente no que diz respeito à inclusão de crianças (Brasil, 1988, 1996).

### 4.1 Previsão legal para ações educacionais

A Lei Nº 1.442, de 23 de junho de 2015, aprovou o Plano Municipal de Educação (PME) em São Fidélis, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias para a área educacional. O PME tem como base a Lei 13.005/2014, que trata do Plano Nacional de Educação, e possui uma vigência de 10 anos a partir da data de sua publicação.

Dentre as disposições legais encontradas nessa lei, destacam-se os aspectos relacionados à educação e à inclusão de crianças portadoras de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). O PME estabelece como diretrizes a melhoria da qualidade da educação e a formação para o trabalho e cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos. Além disso, enfatiza a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública. O monitoramento e a avaliação das metas e do cumprimento do PME são atribuições da Secretaria Municipal de Educação, da Comissão de Educação da Câmara Municipal, do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. O PME engloba ações e políticas públicas para a educação, incluindo conferências locais, colaboração entre entidades governamentais e atenção à educação especial. A avaliação nacional da educação básica é utilizada como referência para orientar as políticas públicas e garantir a qualidade da educação.

Pimentel e Moreira (2021) enfatizam a importância de acompanhar e avaliar as medidas de inclusão educacional para garantir sua efetividade no prazo estipulado. Eles ressaltam a importância do PME de São Fidélis, que estabelece metas e estratégias para a área educacional, incluindo ações para promover a inclusão de crianças com TDAH. Isso demonstra a preocupação em assegurar a concretização dos direitos educacionais.

Miguel (2019) destaca a necessidade de valorizar as diferenças e atender às necessidades reais dos alunos com TDAH no contexto educacional. Essa perspectiva relaciona-se com a inclusão de crianças portadoras de TDAH prevista no PME de São Fidélis. É ressaltada a importância de evitar a exclusão no processo de ensino-aprendizagem, visto que crianças com TDAH podem sofrer com baixa autoestima e estereótipos prejudiciais ao seu desempenho acadêmico.

A análise do conteúdo legal realizada por Lima, Oliveira Nunes (2021) destaca a ausência de especificidades na norma referente à educação especial, o que também pode ser observado na Lei Municipal de São Fidélis. Essa conexão evidencia a necessidade de aprimorar e detalhar as políticas de inclusão educacional, garantindo um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

Teixeira (2021) ressalta que a inclusão educacional exige mudanças significativas no sistema e a garantia de uma educação de qualidade para todos, inclusive para aqueles com necessidades especiais relacionadas ao TDAH. Essa perspectiva está alinhada com o objetivo do PME de São Fidélis de melhorar a qualidade da educação e promover a formação para o trabalho e cidadania, incluindo a atenção à educação especial.

Os resultados da análise documental refletem a aplicação de políticas públicas de inclusão educacional, como previsto no Plano Municipal de Educação de São Fidélis. Os autores destacam a importância de acompanhar, avaliar e aprimorar essas medidas, garantindo a efetividade dos direitos educacionais, valorizando as diferenças e atendendo às necessidades específicas dos alunos com TDAH. Além disso, ressaltam a necessidade de especificidades nas normas para garantir a inclusão de forma abrangente e a importância de mudanças significativas no sistema educacional para oferecer uma educação de qualidade para todos.

### 4.2 Ações da gestão municipal educação em São Fidélis (RJ)

Uma Comissão Técnica foi estabelecida por meio da Portaria nº 01 de 20 de fevereiro de 2015, com o objetivo de adaptar o texto base do Plano Municipal de Educação (PME), levando em consideração as demandas municipais atuais, em conformidade com o princípio da responsabilidade social e da participação democrática. Essa comissão reconheceu que, devido ao avanço das condições democráticas e ao conjunto de ações institucionais do governo, tornou-se necessário estabelecer a governabilidade para produzir resultados específicos na área educacional. Isso permitiu a participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas que viabilizaram diversos projetos educacionais.

Dentre os projetos relacionados ao tema e aos objetivos do estudo, destaca-se o curso "Redes de Aprendizagem", com carga horária de 40 horas, que faz parte do Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado). Esse curso tem como objetivo capacitar

os professores para compreender o papel da escola diante da cultura digital, proporcionando-lhes as habilidades necessárias para utilizar as novas mídias sociais no ensino.

Além dessa iniciativa de capacitação dos docentes da rede municipal, a cidade conta com o "Centro de Atendimento Especializado da Educação - CAEDE", cujo propósito é atender e acompanhar as necessidades educacionais especiais dos alunos da rede municipal. Em 2019, esse centro recebeu um orçamento de R$ 30.133,05 para promover ações inclusivas e integrativas de apoio à educação. Esse centro tem como objetivo atender e acompanhar as necessidades educacionais especiais dos alunos da Rede Municipal. Conta com uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, neurologista, neuropsicólogo, assistente social, psicopedagogos clínicos e fonoaudiólogo. Essa estrutura visa oferecer suporte especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo TDAH, contribuindo para seu desenvolvimento acadêmico e social.

Ao iniciar a discussão dos resultados é relevante destacar a criação da Comissão Técnica, conforme mencionada nos resultados, está em conformidade com os princípios da responsabilidade social e da participação democrática, como destacado por Pimentel e Moreira (2021). Esses autores ressaltam a importância da participação da sociedade civil organizada no controle social das políticas educacionais para garantir a efetividade dos direitos à educação inclusiva.

O curso "Redes de Aprendizagem" está alinhado com a necessidade de melhorar a formação dos professores na área da educação inclusiva, como mencionado por Silva e Carvalho (2017). O objetivo desse curso é capacitar os professores para compreender o papel da escola diante das demandas da era digital e utilizar as novas mídias sociais no ensino.

A presença do CAEDE reflete o comprometimento da cidade em atender e acompanhar de maneira adequada as demandas educacionais especiais dos estudantes da rede municipal. Essa medida está em consonância com o argumento apresentado por Miranda e Ferraz (2020), que ressaltam a importância das abordagens que valorizam o ambiente escolar como um espaço de acolhimento e suporte. Além disso, respalda a perspectiva defendida por Paes, Renk e Simão-Silva (2022), que enfatiza a necessidade de adaptar as práticas pedagógicas para atender às particularidades dos alunos com TDAH.

A presença de uma equipe multidisciplinar no CAEDE, incluindo profissionais como psicólogos, neurologistas, neuropsicólogos, assistente social, psicopedagogos clínicos e fonoaudiólogo, está em conformidade com a Lei 13.935/2019, que determina a inserção desses profissionais nas equipes multidisciplinares das escolas de educação básica. De acordo com Bertasso (2022), essas ações de inclusão proporcionam uma nova perspectiva e contribui significativamente para a gestão educacional e as práticas pedagógicas, principalmente no que diz respeito ao apoio aos alunos com TDAH.

As leis municipais mencionadas nos resultados, que tratam da inclusão educacional nas escolas e da convivência com a diversidade, são fundamentais para buscar o direito a uma educação inclusiva. Entretanto, como enfatizado por Pimentel e Moreira (2021), é de suma importância monitorar e avaliar de maneira constante essas medidas para assegurar a eficácia de sua implementação. Além disso, Lima, Oliveira e Nunes (2021) ressaltam a necessidade de atualizar as leis, substituindo terminologias inadequadas, a fim de promover uma inclusão mais efetiva e atualizada.

Os resultados da análise das normais legais mostram que a cidade possui iniciativas voltadas para a educação inclusiva, como a criação da Comissão Técnica, o curso "Redes de Aprendizagem", o CAEDE e a equipe multidisciplinar. Essas ações estão alinhadas com o aporte teórico, que destaca a importância do ambiente escolar acolhedor, da formação dos professores, da adaptação das práticas pedagógicas e do envolvimento da sociedade civil para promover a inclusão educacional e atender às necessidades dos alunos com TDAH e outras necessidades educacionais especiais. No entanto, é essencial que haja acompanhamento e avaliação contínuos para garantir a efetividade dessas medidas.

### 4.3 A visão do professor sobre seu papel no diagnóstico de alunos com TDAH

A equipe de uma comunidade escolar tem contato direto com os alunos, e os professores, em particular, têm um maior nível de interação direta com os estudantes, especialmente os do ensino fundamental. Essa proximidade permite perceber mudanças no comportamento das crianças que podem indicar a necessidade de intervenção, com base em possíveis problemas. Nesse sentido, a seguir são apresentados os resultados obtidos a partir das respostas desses profissionais, extraídas de um questionário virtual que contou com 29 participantes, atuantes em duas unidades escolares do município de São Fidélis (RJ).

O Quadro 1 apresenta o perfil dos participantes que se voluntariaram para participar do estudo, fornecendo informações relevantes.

Quadro 1 – Perfil dos respondentes

| **Gênero** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Masculino | Feminino | Prefiro não dizer | Outro (especificar) | | |
| 17,2% | 82,8% | 0% | 0% | | |
| | | | | | |
| **Faixa etária** | | | | | |
| 18-29 anos | 25-29 anos | 30-34 anos | 35-39 anos | 40-45 anos | 45 anos ou + |
| 0% | 3,4% | 6,9% | 13,8% | 24,1% | 48,3% |
| | | | | | |
| **Atividade que exerce na escola** | | | | | |
| Professor (a) | Atividades administrativas | Psicologia | Assistência Social | Pedagogo | Apoio a educação inclusiva |
| 86,2% | 3,4% | 0% | 0% | 6,9% | 3,4% |
| | | | | | |
| **Tempo de Atuação** | | | | | |
| Menos de 1 ano | De 1 a 5 anos | De 6 a 10 anos | De 10 a 15 anos | Mais de 15 anos | |
| 0% | 3,4% | 10,3% | 6,9% | 79,3% | |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

O perfil predominante na amostra é composto por indivíduos do gênero feminino (82,8%), com 45 anos ou mais (48,3%), atuando como professores (86,2%), com mais de 15 anos de experiência no magistério (79,3%).

Em relação à análise do Quadro 1, é importante destacar a ausência de profissionais da psicologia e do serviço social nas equipes multidisciplinares das escolas, conforme determinado pela Lei 13.935/2019. Para Bertasso (2022), esses profissionais são fundamentais para fornecer suporte e orientação não apenas aos pais e famílias, mas também aos professores e à equipe multidisciplinar, beneficiando os alunos com TDAH.

Imagem 1 – Capacitação e treinamento dos professores




Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

A segunda seção do questionário buscou a atuação dos participantes em relação à identificação de alunos com possíveis problemas cognitivos, domésticos ou psicológicos, de modo a preparar para a seção seguinte diretamente relacionada ao tema do acolhimento dos alunos com indícios de TDAH.

Inicialmente, foi observado que a maioria dos professores (75,9%) afirmou ter participado de algum tipo de treinamento que os capacitasse para identificar alterações no comportamento dos alunos, enquanto 24,1% nunca haviam participado de treinamentos dessa natureza. No entanto, quando questionados se se consideravam aptos a identificar sinais de possíveis problemas nos alunos, a maioria (86,2%) respondeu afirmativamente. Dentro desse grupo, 62,1% se sentiam parcialmente aptos e 13,8% se sentiam totalmente aptos. É relevante destacar que 24,9% dos participantes não se consideravam aptos a identificar esses sinais.

Em relação à frequência com que os professores observavam alterações no comportamento dos alunos que poderiam indicar problemas, todos os respondentes afirmaram observar com alguma frequência. A maioria (65,5%) afirmou que quase sempre conseguia identificar essas alterações, enquanto 24,1% alegaram identificar indícios de problemas sempre a partir das alterações comportamentais. Apenas 10,3% relataram identificar essas alterações com pouca frequência.

As contribuições adicionais dos participantes também foram consideradas. Um dos participantes mencionou a falta de disponibilidade de formações e cursos relacionados ao tema, pois muitas vezes eram oferecidos fora do horário de trabalho. Isso pode ser um obstáculo para os professores, que possuem outros compromissos e não conseguem participar. Outro participante destacou a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a capacitação dos profissionais da educação municipal nessa temática.

Ao analisar os resultados, fica evidente que a percepção dos professores sobre as alterações comportamentais dos alunos é relevante para lidar com possíveis problemas. A maioria dos professores se considera apta a identificar sinais de possíveis problemas, o que está em consonância com o que é afirmado por Carvalho *et al*. (2022) e Miranda e Ferraz (2020), que destacam a frequência com que os professores observam alterações no comportamento dos alunos, indicando a necessidade de atenção especializada.

No entanto, é importante ressaltar que uma parcela significativa dos professores não se sente apta a identificar esses sinais, mesmo observando alterações comportamentais com alguma frequência. Isso vai de encontro às abordagens propostas por Martinhago e Caponi (2019), que defendem diferentes formas de intervenção no contexto escolar para lidar com o TDAH, e destaca a importância de estratégias de suporte aos professores e uma abordagem diferenciada para lidar com os alunos com TDAH.

Nesse contexto, Fagundes (2011) ressalta a necessidade de uma formação adequada dos professores, a fim de que estejam mais preparados para lidar com a diversidade dos alunos e adotar uma abordagem mais compreensiva em relação ao TDAH. Essas perspectivas reforçam a importância de investimentos em capacitação e suporte aos professores, bem como a implementação de políticas públicas que visem promover a inclusão educacional dos alunos com TDAH.

### 4.4 A autopercepção dos professores em identificar indícios de TDAH nos alunos

A tabela designada como Quadro 2 apresenta as afirmativas utilizadas no questionário, destinadas a avaliar o nível de concordância dos participantes por meio da Escala Likert. As sentenças foram formuladas coma base na literatura utilizada na fundamentação teórica e na análise de documentos normativos, com o objetivo de verificar a precisão das informações reunidas.

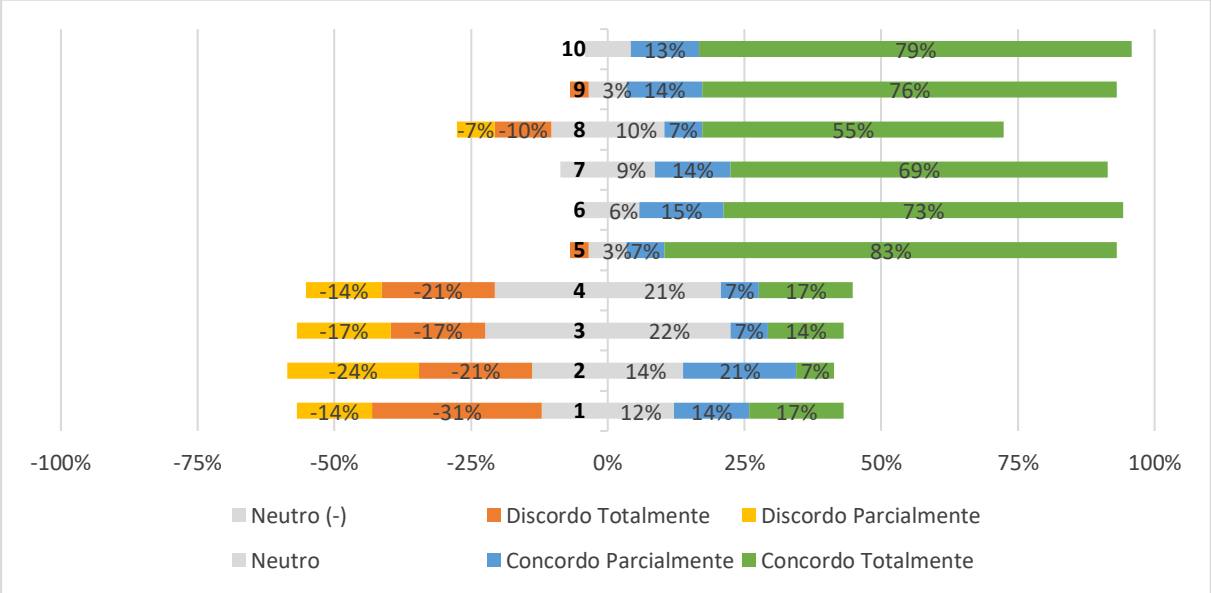
Quadro 2 – Afirmativas da segunda seção do questionário

| | |
|---|---|
| 1 | Recebi capacitação adequada para identificar indicativos de TDAH em meus alunos. |
| 2 | Sinto-me confiante em reconhecer os possíveis sinais de TDAH em meus alunos. |
| 3 | Estou familiarizado(a) com as diretrizes e protocolos para o encaminhamento de alunos com suspeita de TDAH. |
| 4 | A gestão escolar oferece suporte e recursos para auxiliar no processo de identificação e encaminhamento de alunos com suspeita de TDAH. |
| 5 | Acredito que a identificação precoce e o encaminhamento adequado de alunos com indicativos de TDAH são importantes para seu desenvolvimento acadêmico e socioemocional. |
| 6 | Na escola, é possível detectar problemas comportamentais das crianças que podem afetar a aprendizagem. |
| 7 | Professores podem notar mudanças emocionais nos alunos e reconhecer a necessidade de cuidados especializados, mas não têm a responsabilidade de realizar diagnósticos |
| 8 | Professores podem não estar prontos para auxiliar alunos com TDAH e podem agir inadequadamente, como repreender e punir. |
| 9 | Professores necessitam de suporte para orientar as crianças, pois enfrentam estresse, baixa remuneração, falta de materiais e apoio pedagógico. |
| 10 | Professores necessitam de treinamento contínuo após a formação para lidar com alunos com TDAH, uma vez que não são capacitados nesse aspecto durante sua formação inicial. |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Com o objetivo de facilitar a compreensão dos resultados, o Gráfico 1 ilustra as respostas dos participantes de acordo com a Escala Likert. As questões estão numeradas no eixo central, em ordem decrescente, como demonstrado no gráfico.

Gráfico 1 – Respostas das perguntas que compõem a seção 3 do questionário




Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Dentre as afirmativas apresentadas, observou-se que as questões que receberam maior grau de concordância (Concordo Totalmente) foram a questão 5 (83%), seguida pela questão 10 (79%) e a

questão 9 (76%). Por outro lado, as questões que obtiveram maior grau de discordância (Discordo Totalmente) foram a questão 2 (24%) e a questão 3 (17%), seguidas pela questão 1 e 4 (ambas com 14%).

As quatro primeiras questões abordaram a preparação dos participantes para identificar indícios de TDAH em seus alunos. Na questão 2, "Sinto-me confiante em reconhecer os possíveis sinais de TDAH em meus alunos", 24% dos participantes discordaram totalmente e 21% discordaram parcialmente. Na questão 3, "Estou familiarizado(a) com as diretrizes e protocolos para o encaminhamento de alunos com suspeita de TDAH", 17% marcaram "Discordo Totalmente" e outros 17% selecionaram "Discordo Parcialmente". Na questão 1 da terceira seção do questionário, "Recebi capacitação adequada para identificar indicativos de TDAH em meus alunos", 14% discordaram totalmente e 31% discordaram parcialmente.

Os resultados obtidos nas primeiras questões indicam que os participantes não se sentem preparados nem confiantes para identificar indícios de TDAH em seus alunos, pois não possuem familiaridade com as diretrizes e protocolos para o encaminhamento de alunos com suspeita de TDAH. Essas constatações corroboram a afirmativa 4, "A gestão escolar oferece suporte e recursos para auxiliar no processo de identificação e encaminhamento de alunos com suspeita de TDAH", evidenciando a ausência de protocolos de treinamento por parte da gestão escolar e, consequentemente, da gestão municipal.

Ao analisar os resultados da primeira parte do questionário, Pimentel e Moreira (2021) destacam a importância de acompanhar e avaliar as medidas inclusivas nas escolas para garantir sua efetividade, indicando a necessidade de avaliar o preparo dos professores no contexto do TDAH e a eficácia das políticas de formação e suporte oferecidas pela gestão escolar. Por sua vez, Fagundes (2011) argumenta que alguns professores possuem conhecimento limitado sobre diferentes concepções do ser humano e como isso influencia as políticas e práticas educacionais. Essa falta de conhecimento pode refletir nos resultados, evidenciando a falta de preparo dos professores para lidar com o TDAH. Além disso, a autora ressalta a importância de superar estereótipos e rótulos injustos relacionados a esse transtorno, o que também pode ser relevante para a discussão dos resultados, sendo possível superá-los por meio da capacitação e do treinamento dos professores e da equipe escolar.

Os resultados da pesquisa revelaram que os participantes reconhecem a importância da identificação precoce e do encaminhamento adequado de alunos com indícios de TDAH para seu desenvolvimento acadêmico e socioemocional. Na questão 5, 83% concordaram totalmente com essa afirmação. Além disso, nas questões subsequentes, os participantes demonstraram concordância em relação à capacidade dos professores em detectar problemas comportamentais das crianças que podem afetar a aprendizagem na escola (questão 6) e notar mudanças emocionais nos alunos e reconhecer a necessidade de cuidados especializados, embora sem a responsabilidade de realizar diagnósticos (questão 7).

No entanto, houve uma preocupação expressiva em relação à preparação dos professores para auxiliar alunos com TDAH, com 55% concordando totalmente que os professores podem não estar

prontos para lidar com essa situação e podem agir inadequadamente, como repreender e punir (questão 8).

Os resultados da parte final da seção do questionário revelam a necessidade de suporte e orientação para os professores lidarem com crianças com TDAH, considerando fatores como estresse, baixa remuneração, falta de materiais e apoio pedagógico. Na questão 9, 76% dos participantes concordaram totalmente com essa necessidade, enquanto na questão 10, 79% concordaram totalmente que os professores precisam de treinamento contínuo+ após a formação inicial para lidar com alunos com TDAH, uma vez que não recebem capacitação nesse aspecto durante sua formação inicial.

Esses resultados indicam que os participantes reconhecem a importância da identificação precoce e do encaminhamento adequado de alunos com TDAH, assim como a necessidade de treinamento e suporte contínuo para os professores lidarem efetivamente com essas questões. Essas percepções ressaltam a importância de investir em programas de desenvolvimento profissional que abordem as necessidades específicas relacionadas ao TDAH e forneçam recursos e condições adequadas para que os professores desempenhem seu papel de forma eficaz. Além disso, os resultados destacam o ambiente escolar como um local propício para a identificação de indícios de TDAH pelos professores, desde que recebam o treinamento adequado.

A análise desses resultados pode servir como base para a implementação de políticas e programas educacionais que busquem melhorar o suporte e a capacitação dos professores no contexto do TDAH, levando em consideração as necessidades dos profissionais de educação.

Nesse sentido, Martinhago e Caponi (2019) enfatizam a importância de políticas e planos que envolvam não apenas encaminhamentos para serviços de saúde, mas também iniciativas educacionais e o diálogo entre os professores, pais e alunos, indicando que a falta de preparo dos professores está relacionada à necessidade de suporte e orientação da gestão municipal. Fagundes (2011) alerta que a falta de preparo e confiança dos professores na identificação e no manejo do TDAH pode reforçar a tendência dos professores em confundir os sintomas e prejuízos do TDAH, resultando em rótulos injustos e estereótipos.

Da mesma forma, Pimentel e Moreira (2021) indicam que os professores não se sentem preparados e familiarizados com as diretrizes e protocolos para o encaminhamento de alunos com suspeita de TDAH, o que pode ser atribuído à falta de recursos e suporte por parte da gestão escolar e municipal. Os autores ressaltam a importância de acompanhar e avaliar as medidas inclusivas nas escolas para garantir sua efetividade. Carvalho *et al*. (2022) destacam a importância de os professores observarem alterações comportamentais em seus alunos, pois isso pode indicar a necessidade de atenção especializada, o que se relaciona com os resultados apresentados, em que os respondentes concordam que é possível detectar problemas comportamentais das crianças que podem afetar a aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES

Este estudo teve como objetivo principal identificar as ações da gestão pública da educação na capacitação dos profissionais da educação para auxiliar no diagnóstico do TDAH. A pesquisa concentrou-se em duas instituições educacionais na região noroeste do estado do Rio de Janeiro, priorizando considerações éticas e garantindo o anonimato das escolas e dos voluntários participantes.

Uma das principais descobertas deste estudo foi a existência de legislações e normas internas que abordam o tratamento e diagnóstico do TDAH nas escolas da região. No entanto, foram identificadas disparidades na implementação dessas diretrizes, ressaltando a necessidade de uma maior padronização e coordenação entre as escolas e a gestão educacional pública. Além disso, a ambiguidade em certos aspectos da legislação poderia levar a dificuldades na interpretação e execução das diretrizes por parte dos profissionais da educação.

No que diz respeito à formação dos profissionais da educação, observou-se que eles possuem experiências variadas no reconhecimento de mudanças comportamentais que poderiam contribuir para a possibilidade de diagnosticar o TDAH. Embora uma minoria tenha relatado receber treinamento específico que auxilia nessa identificação, a maioria mencionou a falta de preparo adequado para lidar com essa questão. Nesse contexto, o compartilhamento de experiências e a colaboração entre os profissionais surgiram como estratégias cruciais para aprimorar a capacidade de observar e identificar os sintomas do TDAH.

A avaliação da eficácia das estratégias e a implementação de políticas públicas dedicadas à educação e ao tratamento do TDAH nas escolas revelou desafios contínuos, apesar dos esforços para iniciar ações de apoio e programas. Os obstáculos identificados abrangem recursos inadequados, obstáculos burocráticos e falta de monitoramento sistemático. O estudo também enfatizou a necessidade de uma abordagem multidisciplinar envolvendo profissionais da educação, saúde e assistência social, sendo fundamental para o sucesso na prestação de cuidados e tratamento às crianças com TDAH.

É importante reconhecer as limitações do estudo, incluindo a impossibilidade de conduzir entrevistas agendadas com diretores escolares, o que prejudicou a triangulação da análise dos dados. Além disso, o número limitado de respondentes pode afetar potencialmente a generalização dos resultados, embora isso não invalide o estudo ou diminua sua relevância e contribuições potenciais.

Diante dos resultados obtidos, é imperativo que a gestão educacional pública promova uma coordenação aprimorada entre as escolas, fornecendo diretrizes claras e padronizadas para o diagnóstico e cuidado do TDAH. Além disso, investir em formação e educação contínua para os profissionais é essencial, capacitando-os com ferramentas e conhecimentos adequados para observar e identificar os sintomas do TDAH. Estabelecer redes de apoio e ações integradas em diversos setores também é crucial para garantir cuidados abrangentes e eficazes às crianças com esse transtorno.

Em conclusão, a importância de pesquisas e estudos adicionais que ampliem o conhecimento sobre esse tema é indiscutível. Esses esforços contribuirão para aprimorar políticas públicas e práticas educacionais relacionadas ao TDAH. Buscar estratégias inovadoras e sustentáveis, em colaboração

com todas as partes interessadas, é vital para promover uma educação inclusiva e de qualidade, capaz de atender às necessidades das crianças com TDAH e proporcionar a elas oportunidades de desenvolvimento equitativas e abrangentes.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete (org). **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP. Papirus, 1997.

BARROS, C. A. U.; COSTA, E. B. da S.; GOMES, V. S. do S. Dificuldades de aprendizagem de crianças com TDAH nas séries iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Educação Pública**, *[S.l.]*, mar. 2021. DOI: 10.18264/REP. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/8/dificuldades-de-aprendizagem-de-criancas-com-tdah-nas-series-iniciais-do-ensino-fundamental. Acesso em: 20 jul. 2023.

BERTASSO, Maria Laura Lopes. **Uma análise crítica da Lei nº 13.935/2019 sobre a prestação de serviços de psicologia nas redes públicas de educação básica**. 2022. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2022. Disponível em: http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/jspui/1420. Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. **Lei no 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021**. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.254-de-30-de-novembro-de-2021-363377461. Acesso em: 13 out. 2022.

CARVALHO, A. dos S. M. de et al. ADHD – diagnosis and teacher's role. **Research, Society and Development**, *[S. l.]*, v. 11, n. 2, p. e17711225724, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i2.25724. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25724. Acesso em: 3 set. 2022.

CARVALHO, A. dos S. M. de.; PEREIRA, P. C.; OLIVEIRA, M. M. de. Attention Deficit/Hyperactivity, Disorder, Legislation, School and PAE – Brief analysis. **Research, Society and Development**, *[S. l.]*, v. 10, n. 14, p. e204101421877, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i14.21877. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21877. Acesso em: 3 set. 2022.

FAGUNDES, Soely Aparecida. **Percepções de professores das políticas públicas de formação para a inclusão educacional de crianças com diagnóstico de transtorno de déficit de atenção e hiperatividad**e. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: http://tede.utp.br:8080/jspui/handle/tede/1401. Acesso em: 25 maio 2023.

GARCIA, R. M. C.; BARCELOS, L. G. DE .. A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral. **Revista Brasileira de**

**Educação Especial**, v. 27, p. e0170, 2021. DOI: 10.1590/1980-54702021v27e0170. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/wM3sNT4FRMqRdqcYTR8YX4M/#. Acesso em: 13 jul. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULARDINS, Juliana. **O atendimento do TDAH na rede pública de saúde**. [S. l.]: Tudo sobre TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. s/d. Disponível em: https://www.tudosobretdah.com.br/o-atendimento-do-tdah-na-rede-publica-de-saude/. Acesso em: 13 out. 2022

LIMA, T. S. M.; OLIVEIRA, A. S. S.; NUNES, A. K. F. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O OLHAR DO PROFESSOR SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE. **Simpósio Internacional de Educação e Comunicação - SIMEDUC**, *[S. l.]*, n. 10, 2021. Disponível em: https://eventos.set.edu.br/simeduc/article/view/14815. Acesso em: 28 ago. 2023.

LIMA, Thyessen Bruna Coelho. **Direito à Educação**: Direito à Inclusão das Pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). 2021. 41 f. Artigo (Graduação). Curso de Direito. Universidade Federal do Tocantins. Campus de Palmas. 2021. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/3485. Acesso em: 13 jul. 2023.

MAIA, Carlos Renato Moreira. **Estudos para avaliação de custo-efetividade do tratamento do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade com metilfenidato de liberação imediata no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Psiquiatria) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/97177. Acesso em: 27 maio 2023.

MIGUEL, C. V. O. G. F. fracasso escolar com ênfase no TDAH- transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. **Revista Panorâmica online**, *[S. l.]*, v. 28, n. 2, 2019. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1082. Acesso em: 27 maio. 2023.

MIRANDA, D. A. S.; FERRAZ, R. de C. S. N. A Relação Entre Professor e Alunos Vítimas de Abuso: A Inserção no Contexto Escolar. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade – REED**, *[S. l.],* v. 1, n. 2, p. 185-206, 2020. DOI: 10.22481/reed.v1i2.7867. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/7867. Acesso em: 26 mar. 2023.

MOISES, R. R.; STOCKMANN, D. A pessoa com deficiência no curso da história: aspectos sociais, culturais e políticos. **History of Education in Latin America - HistELA**, *[S. l.]*, v. 3, p. e20780, 2020. DOI: 10.21680/2596-0113.2020v3n0ID20780. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/20780. Acesso em: 28 ago. 2023.

MONTEIRO, C. G. et al. Direitos e Deveres Na Formação Docente: Um “olhar” reflexivo sobre as necessárias reformulações e revisões Legais da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96). **BIUS-Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia**, v. 27, n. 21, p. 1-21, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/9668. Acesso em: 3 set. 2022.

OLIVEIRA, Q. S. et al. Diagnosticado com TDAH: e agora professor?. **Nursing (São Paulo)**, v. 23, n. 264, p. 4036-4047, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.36489/nursing.2020v23i264p4036-4047. Acesso em: 26 mar. 2023.

PAES, S. S. M.; RENK, V. E.; SIMÃO-SILVA, D. P. . A inclusão de alunos com TDAH – um decênio das diretrizes de Educação Especial em Santa Catarina: um modelo de beneficência? . **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 30, n. 114, p. 254–273, jan. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902308. Acesso em: 26 mar. 2023.

PIMENTEL, S. C.; MOREIRA, M. A. INCLUSÃO EDUCACIONAL NAS POLÍTICAS MUNICIPAIS: UMA ANÁLISE DE NORMATIVOS DE FEIRA DE SANTANA. **Diálogos e Diversidade**, *[S. l.]*, v. 1, p.

e12682, 2021. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/rdd/article/view/12682. Acesso em: 27 maio. 2023.

RHEMA EDUCAÇÃO. **TDAH na escola**: Estratégias de ação pedagógica. Disponível: https://blog.rhemaeducacao.com.br/estrategias-de-acao-para-tdah/. Acesso 16 out. 2022.

SÃO FIDÉLIS (RJ). **CAEDE**. s/d. Disponível em: https://saofidelis.rj.gov.br/educacao-remota/caede/. Acesso em: 16 out. 2022.

SÃO FIDÉLIS (RJ). Gabinete do Prefeito. **Lei nº 1.442, de 23 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências. Disponível em: https://saofidelis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/1442_PLANO-MUNICIPAL-DE-EDUCA%C3%87%C3%83O_PME.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

SILVA, N. C.; CARVALHO, B. G. E. Compreendendo o processo de Inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão Integrativa. **Rev. Bras. Ed. Esp. Marília**, v. 23, n. 2, p. 293-308, abr./jun. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000200010. Acesso em: 16 out. 2022.

TOCANTINS, Valdete da Conceição. **A inclusão da criança autista e o processo de ensino-aprendizagem na educação infantil**: uma revisão na literatura. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Campus Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2017. Disponível em: http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/576. Acesso em: 26 mar. 2023.